ENTREVISTA **Mário de Lacerda Werneck Neto .** Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Logística, Infraestrtura e Desenvolvimento Sustentável da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Seção Minas Gerais.

Uma nova era na disposição dos resíduos sólidos

Advogado, professor e consultor de Direito Ambiental atuante em todo o país, Mário Werneck fala sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PRNS) e as dificuldades para que as cidades brasileiras se adequem à Lei Federal. O advogado também analisa a possível atuação da Copasa no gerenciamento do aterro sanitário do município de Varginha, no Sul de Minas.



1) - O Governo Federal ampliou para até 2018 o prazo para as cidades acabarem com os seus lixões. A data limite encerrou-se em agosto deste ano sem que a maioria dos municípios tenha criado os aterros sanitários. Quais são os problemas enfrentados pelos municípios para se adequar à PRNS?

A Medida Provisória veio apenas consolidar o que eu já vinha falando em minhas palestras acerca da política nacional de resíduos sólidos. É lamentável que no Brasil as leis caiam no descrédito. A MP foi editada para que os municípios possam renascer das cinzas e não fiquem a mercê de possíveis ações do Ministério Público. Por outro lado, é necessário frisar que os 5.570 municípios brasileiros, em sua grande maioria, não têm sequer recursos para sanar a folha de pagamento dos servidores públicos. Como esperar que eles apliquem valores em projetos de resíduos? Como esperar recursos para projetos de reciclagem e coleta seletiva?

2) - Estados e municípios também ganharam prazo até 2016 para elaborar os planos estaduais e municipais de resíduos sólidos. Qual a importância desses estudos para a prestação do serviço de limpeza urbana?

Os estudos são extremamente importantes, pois, definem as políticas que devem ser implementadas através de planos, que em verdade, têm o caráter de extirpar de uma vez por todas a ineficiência do serviço de limpeza urbana. Esses planos (estaduais e municipais) devem ser vistos como projetos de saneamento e principalmente como a abertura de uma nova era na educação ambiental (no que se refere aos resíduos sólidos). Daí o entendimento de que a liberação de verbas do governo federal podem e devem resgatar as mazelas de cinco séculos de adequação ineficiente dos resíduos no Brasil.

3) - No município de Varginha, Sul de Minas, o Projeto de Lei Nº 21/2013 aprovado na Câmara Municipal permite que a Copasa se torne a responsável pelo aterro sanitário e o aterro controlado da cidade. Que análise o senhor faz da entrada de uma empresa pública em um já mercado consolidado por empresas especializadas no setor?

Eu vejo que o município de Varginha, ao permitir que a Copasa se torne a responsável pelo aterro sanitário abre uma imensa discussão, em especial às empresas do setor privado que investiram por décadas neste negócio. Creio que existem excepcionais empresas de limpeza pública que podem manusear e dispor adequadamente todas as classes de resíduos sólidos. Muitas delas, inclusive, no tratamento de resíduo hospitalar. Eu tenho mais de 25 anos de militância nos problemas ligados aos bens difusos e coletivos. Não vejo com bons olhos a intervenção do Estado em um mercado que cresce a cada dia e que já têm o setor privado como referencial. A Copasa já tem inúmeros problemas com a captação e distribuição de água, que tende a crescer (nos próximos anos) com as transformações térmicas pelas quais o planeta passa. Portanto, se existem 40 empresas com grau de conhecimento destas questões seria mais prudente delegar às mesmas por licitação e criação de consórcios os caminhos para o cumprimento da lei Federal 12.305/2010. Este é o momento!

> *Não vejo com bons olhos a intervenção do Estado em um mercado que cresce a cada dia e que já têm o setor privado como referencial. A Copasa já tem inúmeros problemas com a captação e distribuição de água, que tende a crescer (nos próximos anos) com as transformações térmicas pelas quais o planeta passa. Portanto, se existem 40 empresas com grau de conhecimento destas questões seria mais prudente delegar às mesmas por licitação e criação de consórcios os caminhos para o cumprimento da lei Federal 12.305/2010. Este é o momento!*
>
> ***Mário Werneck***

4) - As empresas privadas que atuam no setor assumem riscos, investem em modernização e no desenvolvimento da mão de obra. Há estudos ou avaliações sobre o desempenho da Copasa na gestão de aterros sanitários? A estatal possui experiência para atuar no setor?

O setor produtivo privado nas ultimas décadas investiu muitos recursos em técnicas de manuseio e disposição final de resíduos. Ora, além disso, qualificou de maneira eficaz a mão de obra. Isto pode ser comprovado, basta visitar os pátios dos aterros que fazem parte de consórcios em alguns estados brasileiros. A Copasa não possui tradição neste campo do saneamento e sempre se limitou a operacionalização da distribuição da água, o que aliás, salvo alguns momentos, faz de maneira extremamente eficaz. Não se pode deixar de registrar que a experiência da Copasa no tratamento de esgoto deixa a desejar, uma vez que vários rios de Minas encontram-se literalmente "mortos" por receberem em seus leitos toda essa gama de dejetos "in natura".

5) - A Copasa atua em praticamente toda Minas Gerais prestando serviços de fornecimento de água e esgotamento sanitário. Que avaliação o senhor faz desse serviço?

Com relação aos serviços prestados pela Copasa em Minas Gerais, há de registrar também que os valores da conta durante muitos anos trouxe a cobrança do tratamento de esgoto, sem que o mesmo tivesse sido feito (isto é inadmissível). Águas passadas! Temos que navegar por águas firmes e assim sendo, é preciso que a sociedade civil entenda que é dever da Copasa resgatar a navegabilidade de rios que outrora fizeram de Minas um estado rico e próspero. Antes de se aventurar em um campo hoje minado pela incerteza, é necessário tratar do passivo que deixou em nossos rios. Isto é um dever constitucional!

6) - Em sua atuação no município de Varginha, a Copasa seria responsável apenas pela gestão final do lixo. O que acarretaria a necessidade da Prefeitura contratar outra empresa responsável pelo sistema de limpeza urbana. Que problemas essa fragmentação pode acarretar para a cidade?

A situação do município de Varginha é muito estranha. Já recebi alguns emails de moradores questionando os motivos que levam o município a definir a responsabilidade deste ente federado apenas na disposição do lixo. Ora, o chefe do Executivo local deve entender que fracionar esses serviços pode levar a um aumento do custo final desta operação. Quando falamos em PNRS estamos falando de toda a temática que envolve coleta, transporte, disposição final, limpeza de logradouros, etc. Não é segredo algum que os municípios têm dificuldades de ordem financeira e, assim sendo, aumentar as operações que envolvem o lixo urbano e doméstico, esbarram diretamente no ordenamento e aumento das despesas das cidades. É lamentável que essa decisão venha a ser tomada uma vez que, o que buscamos é a adequação de uma política nacional de uma vez por todas para o tratamento dos resíduos de forma real e dentro do orçamento que o município dispõe. Os valores liberados pela União não irão contemplar as operações pós-construção dos aterros. Esta questão é municipal e jamais podemos nos esquecer disto. Sonhar é bom, mas, viver o presente é o que irá nos sustentar!.

7) - O município de Varginha não possui um Plano Básico de Saneamento e Manejo para os Resíduos Sólidos e demais estudos para que a cidade se adeque à PRNS. Além disso, não foi realizada audiência pública. Que avaliação o senhor faz da condução feita pela Prefeitura e Estatal para executar o Projeto de Lei Nº 21/2013 no município ?

Seria muito importante a realização de uma audiência pública em Varginha, para então, de forma harmônica e real, se discutir os princípios que norteiam a PNRS. Há uma série de dúvidas na implementação do aterro sanitário deste município. A OAB/MG, e isto eu posso garantir, se for chamada, dará sua contribuição, mesmo porque, a inexistência de Plano Básico de Saneamento e Manejo para Resíduos Sólidos contraria diretamente um dos princípios balizares da Lei 12.305/2010. Não obstante, a condução do projeto pelo município, em princípio, não parece correto. Mas creio que deve ser analisada criteriosamente uma vez que os cidadãos de Varginha têm o direito a tais informações.

SINDILURB NOTÍCIAS IMPRESSO
Sistema FIEMG
Informativo do Sindicato das Empresas de Coleta, Limpeza e Industrialização do Lixo de Minas Gerais
Novembro de 2014

POLÊMICA

Governo Estadual interfere em mercado consolidado na gestão de resíduos sólidos



Página 2

ENTREVISTA

O Presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB - Minas Gerais, Mário Werneck, fala sobre a questão do lixo no país e analisa as investidas da Copasa para entrar no setor Página 4

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

40 anos de história da Consita é marcada pelo pioneirismo no setor de limpeza urbana Página 3



Amigo é coisa para se guardar
Debaixo de sete chaves
Dentro do coração
Assim falava a canção que na América ouvi
Mas quem cantava chorou
Ao ver o seu amigo partir

Mas quem ficou, no pensamento voou
Com seu canto que o outro lembrou
E quem voou, no pensamento ficou
Com a lembrança que o outro cantou

Amigo é coisa para se guardar
No lado esquerdo do peito
Mesmo que o tempo e a distância digam "não"
Mesmo esquecendo a canção
O que importa é ouvir
A voz que vem do coração

Pois seja o que vier, venha o que vier
Qualquer dia, amigo, eu volto
A te encontrar
Qualquer dia, amigo, a gente vai se encontrar



Walter Carlos da Silva ★ 16/05/1940 ✝ 31/10/2014

Este informativo é impresso em papel 100% reciclado.
Preservar o meio ambiente é cuidar do nosso futuro.

SINDILURB **Associado, mande notícias da sua empresa para o Informativo SINDILURB NOTÍCIAS**
sindilurb@fiemg.com.br

EDITORIAL

Lutas e luto

O ano de 2014 tem sido decisivo para nosso setor. Inicialmente seria o marco para que todos os municípios brasileiros se adequassem às exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Mas, como sabemos, menos da metade cumpriu a meta principal de criar aterros sanitários para a disposição final do lixo urbano. E em meio a tantas incertezas geradas por esse período de transição, surge outra questão preocupante para os associados do Sindilurb e empresas do setor. O Governo de Minas Gerais ampliou as competências da Copasa para que a estatal também possa gerenciar a disposição final dos resíduos sólidos nos municípios do Estado. Essa ingerência num mercado consolidado e respeitado pelo trabalho e esforços da iniciativa privada despertou a necessidade de maior união e vigilância da categoria e, nessa causa contamos, inclusive, com o respaldo de diversas entidades e instituições.

Para abordar estas questões por diversas perspectivas, nesta edição entrevistamos o presidente da Comissão de Meio Ambiente, Logística, Infraestrtura e Desenvolvimento Sustentável da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – Seção Minas Gerais, Mário Werneck. E dando voz às empresas, conversamos com os diretores da Viasolo Engenharia Ambiental e da Serquip Tratamento de Resíduos sobre o assunto. Na página de Inovação Tecnológica, um pequeno recorte da longa e respeitável história da Consita, pioneira em Minas Gerais e que, por meio de seu diretor-presidente, José Maria Meireles Junqueira, instituiu este sindicato.

E por fim, o Sindilurb externa os seus mais profundos sentimentos à família do nosso querido e saudoso Walter Carlos da Silva, falecido inesperadamente no início de novembro. Era nosso diretor administrativo-financeiro, fiel representante do setor, dedicado e reconhecido pela firme atuação em defesa do cooperativismo e associativismo. Nesse momento de dor pedimos a Deus que conforte os corações dos familiares e amigos.

Uma boa leitura e até a próxima edição!



VLADMIR APRATTO

Marcos Vinícius Rocha Savoi, presidente

EXPEDIENTE

SINDILURB NOTÍCIAS

DIRETORIA DO SINDICATO DAS EMPRESAS DE COLETA, LIMPEZA E INDUSTRIALIZAÇÃO DO LIXO DE MINAS GERAIS – SINDILURB/MG

TRIÊNIO DE 2014/2017

PRESIDENTE: MARCOS VINÍCIUS ROCHA SAVOI
VICE-PRESIDENTE: HABIB ABDO DIB
DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO: WALTER CARLOS DA SILVA
DIRETOR DE EXPANSÃO E MERCADO: RENATO FERREIRA MALTA
DIRETOR DE RELAÇÕES TRABALHISTAS: JANILTON SANTOS MACHADO
DIRETOR TÉCNICO: GILSON ALMEIDA VILELA
DIRETOR ADJUNTO: ROBSON GERALDO DE FIGUEIREDO
CONSELHO FISCAL: WILLY MARTINS CARNEIRO JUNIOR, HELY COSTA LAGES E ARTHUR ALVES DE BRITO
SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL: LUIZ FELIPE FERREIRA PROCÓPIO, FLAVIO NOGUEIRA PINTO, ROGÉRIO MALTA E MAURICIO SIGAUD FERREIRA
DELEGADO EFETIVO JUNTO A FIEMG: MAURICIO SIGAUD FERREIRA
DELEGADO SUPLENTE JUNTO A FIEMG: JEFERSON PASCOAL ROCHA
TIRAGEM DO INFORMATIVO: 1000 EXEMPLARES
PROJETO EDITORIAL: ARTICULAÇÃO COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA
REDAÇÃO: CAROLINA LISBOA

Mercado avalia entrada da Copasa na gestão de resíduos sólidos

Empresas questionam investidas da Estatal em Varginha, no Sul de Minas



Gilson Almeida, diretor-geral da Serquip Tratamento de Resíduos



Domênico Granata, diretor-executivo da Viasolo Engenharia Ambiental

Embora já exista um mercado consolidado de empresas especializadas na gestão de resíduos sólidos no Estado, a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) se prepara para atuar no setor. Para viabilizar esse caminho houve alterações na legislação que rege o mercado. A partir de uma mudança na redação final da Lei Estadual Nº 17.495/2008, o Governo de Minas Gerais alterou disposições da Lei Estadual Nº 6.084/1973. Isso permitiu mudanças no conceito de saneamento básico e inseriu dentre as competências da Copasa, atividades parciais de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

As investidas da Estatal mineira começaram no município de Varginha, Sul de Minas, onde está prestes a fechar contrato com a Prefeitura para assumir o gerenciamento dos resíduos sólidos da cidade. O Projeto de Lei Nº 21/2013 foi aprovado em 2013 pela Câmara Municipal. Por meio de convênio com o Governo de Minas, a Prefeitura irá transferir a administração do aterro sanitário e do aterro controlado à Estatal, pelo período de 16 anos, a um custo de R$ 69,76 por tonelada recebida, sendo que o município gera cerca de 100 toneladas de resíduos diariamente.

Na avaliação do Diretor-Executivo da Viasolo Engenharia Ambiental, Domênico Granata, a entrada da Copasa no setor, nos moldes que a Prefeitura de Varginha pretende que ela ocorra, não é saudável. Ele ressalta que o modelo fere o direito de participação de um conjunto de empresas privadas que investem permanentemente em tecnologia, treinamento de pessoas, equipamentos modernos, terrenos, construção de instalações técnicas e em outros itens de custo significativo. "Para prestar serviços, as empresas se sujeitam a riscos, sofrem com a inadimplência de contratantes, com despesas financeiras e se esforçam para cumprir com integralidade obrigações assumidas após duro e restritivo processo licitatório", explica, acrescentando que nesse caso o Governo Municipal está ofertando facilidades que não são concedidas a nenhuma empresa. Como exemplo, Domênico cita a concessão de um patrimônio público pelo Município, o aterro, sem contrapartida pela outorga do bem. "Também é condição da proposta a isenção de tributos municipais. Que empresa privada teria esses benefícios? Tudo isto é preocupante".

Para o Diretor-geral da Serquip Tratamento de Resíduos, Gilson Almeida Vilela, a entrada de uma estatal em um mercado já firmado vai na contramão do que vem acontecendo em outros estados brasileiros e no mundo. "A tendência mundial é cada vez mais o poder público sair dos segmentos onde a iniciativa privada já se faz presente e, principalmente, é eficiente, com o objetivo de diminuir os custos para os cofres públicos", ressalta. Segundo ele, em 2013 foram gerados no setor de limpeza urbana mais de 300 mil empregos diretos, sendo a iniciativa privada responsável por mais de 70% destes números e o restante de responsabilidade dos órgãos municipais. "A pergunta que fica: é prudente uma empresa mista entrar num mercado que é bem regulado por empresas que vem evoluindo e buscando novas tecnologias ao longo de mais de 60 anos, gerando emprego e diminuindo o custo do tratamento e disposição final do lixo para os municípios?", questiona Gilson, enfatizando que isso seria um retrocesso para o setor.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Trajetória de pioneirismo

Primeira prestadora de serviço de limpeza urbana de MG, Consita se prepara para investir na gestão final do lixo urbano

A entrada de empresas privadas na área da limpeza urbana em Minas Gerais coincide com a fundação da Consita, em 1972, com o nome de Construções e Comércio Itabira Ltda. O diretor-presidente da empresa, José Maria Meireles Junqueira e um grupo de investidores começaram atuando no setor de engenharia de estruturas pesadas, em parceira com siderúrgicas, petroleiras e mineradoras. O nome da empresa foi uma referência à cidade de Itabira, na Região Metropolitana, onde surgiu a ideia de criar a empresa, mas a sede sempre foi em Belo Horizonte.

Até o ano de 1989 a Consita se dedicou totalmente à construção. E foi nessa data que a empresa venceu a primeira licitação da Prefeitura de Belo Horizonte para prestação de serviço de limpeza urbana da capital. À época, todo o serviço era de responsabilidade do poder público, por meio das autarquias. "Iniciamos esse mercado em Minas Gerais e, inclusive, criamos o primeiro sindicato do setor. Era uma exigência para operar em Belo Horizonte por parte da Superintendência de Limpeza Urbana (SLU)", destaca José Maria, lembrando que o Sindilurb é o primeiro sindicato patronal fundado no setor de industrialização do lixo e limpeza no Brasil. Pioneiro no setor, ele fundou a entidade e ocupou o cargo de presidente durante muitos anos.

Durante os 17 anos que realizou a limpeza urbana na capital mineira a Consita expandiu suas atividades para diversas cidades do estado, como Barbacena, Sete Lagoas, Lavras, Santa Luzia, Raposos, Januária, Pará de Minas, Juatuba, e também atuou fora de Minas. Hoje, a empresa presta serviço em Registro (litoral de São Paulo) e Laje de Muriaé (interior do Rio de Janeiro). Além de Nova Lima (RMBH) e Varginha (Sul de Minas). Sobre esta última cidade, onde atuam há cerca de um ano, José Maria afirma que passaram diversas prestadoras do serviço nos últimos anos. "Lá teve um festival de empresas. Entrava uma e não dava certo, entrava outra e não dava certo. Mas o nosso trabalho tem sido aprovado", comemora.

Varginha também está no centro de outra polêmica, com as investidas da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) para atuar no mercado de gerenciamento de resíduos sólidos do Estado. O município do Sul de Minas poderá se tornar o primeiro a ter uma Estatal no setor. Mas, de acordo com José Maria, está faltando diálogo entre as partes envolvidas. "Até o momento, nem o prefeito Antônio Silva e nem os vereadores nos procuraram para esclarecer essa situação", revela. Segundo ele, a Copasa já demonstra sérios problemas para desenvolver seu próprio negócio. "A estatal não consegue nem mesmo levar tratamento de esgoto a todas as cidades mineiras, o que é essencial para qualquer cidadão, pois o que mais polui nossos rios é o esgoto descartado indevidamente nos mananciais d'água", analisa .



O endereço atual da Consita é Avenida Dois, Nº 909A, Bairro Jardim Vitória, Belo Horizonte. Mas a empresa ainda possui a antiga sede localizada na Rua Ribatejo, no Bairro São Francisco (foto)



José Maria Meireles Junqueira, diretor-presidente da Consita e fundador do Sindilurb

> *"Iniciamos esse mercado em Minas Gerais e, inclusive, criamos o primeiro sindicato do setor. Era uma exigência para operar em Belo Horizonte por parte da Superintendência de Limpeza Urbana (SLU)".*
>
> ***José Maria***

Nestes mais de 40 anos da Consita, sendo 25 atuando no mercado de limpeza urbana, José Maria afirma que foi responsável por lançar técnicas inovadoras de trabalho, usadas até hoje por outras empresas. Disse também que sempre se preocupou em desonerar os cofres públicos e melhorar as condições de trabalho no setor. Um exemplo, segundo ele, foi a criação da capinadeira mecânica, máquina que além de retirar o mato mais difícil também limpa pequenas sujeiras no passeio. "Antes, o trabalhador tinha que ficar agachado com uma espátula retirando o capim. Era um serviço incômodo, causava dores nas costas e o funcionário não aguentava muito tempo. Fomos uma das primeiras empresas a buscar a valorização deste profissional. Mudamos a forma de cobrança dos serviços prestados, que era pela hora trabalhada do funcionário, com a criação da 'empreitada', calculada por trecho ou quilômetro e é usada até hoje. É muito mais econômico para as prefeituras e mais fácil de controlar", explica o diretor, afirmando que assim foi reduzido em 50% a quantidade de trabalhadores na rua, otimizando todo o processo.

Com um bom faro para novos negócios já comprovado, agora a Consita se prepara pra investir no setor de disposição final dos resíduos sólidos. Mas de acordo com José Maria, a ideia ainda está na fase de estudos. "Queremos investir em tecnologias para o reaproveitamento do lixo. Mas também é preciso vontade política para que esse ramo de atividade se desenvolva. Sem isso nada vai acontecer", finaliza.

Despedida . Assim como toda diretoria e associados do Sindilurb, José Maria também está consternado com o falecimento do diretor Walter Carlos da Silva. "Foi um baque! Eu senti muito mesmo a perda do amigo Walter. Dentro do sindicato era uma pessoa interessada, dedicada ao setor e vai fazer muita falta para todos", lamentou